

Acordos para a retomada do crescimento

GAZETA MERCANTIL

11 DEZ 1992

34

por Cláudia Safatle
de Brasília

Do processo de discussão e negociação interna — que chegou a momentos de exasperação do presidente em exercício, Itamar Franco, com seus ministros da área econômica — começa a surgir um programa econômico que, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, disse a este jornal, ontem, permitirá, logo após o carnaval, “uma retomada seletiva e cuidadosa do crescimento econômico”.

Ele iniciou, há poucos dias, a costura de acordos bianuais com setores específicos, como a indústria automobilística, agroindústria, construção civil, e, da parte exclusiva do governo, anunciou que pretende quadruplicar (de US\$ 500 milhões para US\$ 2 bilhões) os investimentos na recuperação da malha rodoviária em 1993. Os acordos seletivos representam, segundo o ministro, uma redução da carga tributária em troca de metas de aumento da produção,

do emprego, das exportações e compromissos de investimentos novos dos setores escolhidos. Para a recuperação das rodovias, será feito um acordo com as empreiteiras, em torno da dívida velha acumulada pelo governo.

A partir dessas iniciativas — e o ministro adiantou que as conversas com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) estão adiantadas e passam, também, pela produção de uma linha de veículos mais populares e maior financiamento para a produção de caminhões e tratores. Pode-se esperar uma retomada do crescimento na faixa dos 4% em 1993.

Falta, agora, convencer o presidente em exercício que, além de ser possível apenas um impulso seletivo na produção, não é viável uma redução generalizada nas taxas de juro — podem-se buscar medidas também seletivas junto aos bancos federais, e que dificilmente será possível entregar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) —

cujo leilão continua mantido para o dia 22 próximo — aos seus empregados. Todas essas questões continuam sendo discutidas e serão definidas na reunião ministerial, marcada agora para os dias 18 e 19 deste mês.

A fase da política econômica dos próximos dois anos — que pretende combinar estabilização com crescimento econômico, ainda que moderado, e programas sociais para reduzir a fome das populações de baixa renda — deverá ser a base do pronunciamento que Itamar Franco fará, possivelmente no próximo dia 23, quando deverá ser empossado como chefe da nação, em solenidade no Congresso Nacional — se a votação do Senado, marcada para o dia 22 deste mês, confirmar o afastamento definitivo do presidente Fernando Collor de Mello.

Será uma política de estabilização nos moldes mais ortodoxos, mas com temperos de negociação (“nada será baixado de forma unilateral”, garantiu o ministro); implementação de políticas sociais de emergência, para reduzir a fome nas periferias das grandes cidades; remodelação do programa de privatização; e uso de linhas de crédito bastante seletivas, por parte dos bancos federais, para oxigenar alguns segmentos do setor produtivo com recursos a juros menores. Ou seja, Itamar Franco quer uma política de controle da inflação sem os custos da recessão.

Haddad rejeita o retorno do controle de preços, mas admite que a controvérsia com a indústria farmacêutica (ver nesta página) — “um setor cartelizado e que vem dando trabalho ao governo desde a época do então ministro Mário Henrique Simonsen” — deve ser resolvida na câmara setorial que, neste caso específico,

(Continua na página 3)

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem por dezesseis votos a favor e quatro contra o relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) apoiando o acordo da dívida externa com os credores privados, firmado em agosto. Os termos do acordo serão submetidos ao plenário do Senado, provavelmente na próxima terça-feira.

(Ver página 5)

Acordos para a retomada...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
deve procurar um acordo de preços.

"Não podemos desconhecer que existem oligopólios e que temos que estar atentos a eles. Um acordo de preços com a indústria de medicamentos tem que ser discutido na câmara setorial, pois lá a base de racionalidade é maior."

Existem pontos indefinidos, em busca de consenso no governo, e que serão detalhados antes da reunião ministerial, quando, espera-se, Itamar Franco baterá o martelo no modelo de plano econômico que os ministros do Planejamento e da Fazenda, Gustavo Krause, estão concluindo.

Privatização, juros e tarifas públicas ainda passam por processo de negociação com o presidente em exercício. Haddad disse que já definidos estão a política salarial e o setor externo.

A partir de janeiro o salário mínimo começará valendo o equivalente a US\$ 100,00 pelo câmbio comercial (certamente perdendo valor com a desvalorização diária do cruzeiro). O mínimo e os demais salários serão reajustados em bases quadrimestrais, como hoje, mas a antecipação sobe para 60% da inflação ocorrida a cada bimestre. Essa regra corrigirá os salários pagos pelo setor privado e poderá ser estendida para o funcionalismo público e para os aposentados pela Previdência Social se o ajuste fiscal a ser aprovado pelo Congresso Nacional for suficiente para cobrir esse gasto adicional. Só na Previdência, o custo a mais em 1993, com a implementação dessa política salarial, é avaliado em US\$ 1,3 bilhão, segundo Haddad.

O presidente em exercício garantiu aos ministros da área econômica que

manterá intactos o cronograma de abertura comercial e os acordos externos. Pediu ao embaixador do Brasil nos EUA, Rubens Ricúpero, que fosse pessoalmente à direção do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) explicar as razões do adiamento da ida dos ministros a Washington.

"O cancelamento foi bem recebido e só iremos em meados de janeiro, com o acordo da dívida aprovado pelo Senado Federal, o ajuste fiscal aprovado pelo Congresso e a reprogramação orçamentária para 1993 pronta", disse o ministro do Planejamento. Além, é claro, do programa de políticas de curto, médio e longo prazos — que estão sendo consolidados num só documento — avalizado pelo presidente em exercício.

"O presidente pediu resultados mais rápidos para os programas sociais, para uma redução das taxas de juro, mudança nas regras de privatização e da política de reajuste das tarifas públicas", explicou o ministro.

Ontem os ministros da área econômica tiveram um encontro para definir o que será levado à reunião dos dias 18 e 19, principalmente nos aspectos importantes da política econômica que ainda não receberam o aval do presidente em exercício. As opiniões do ministro do Planejamento sobre esses pontos são as seguintes:

• **Juros** — Os juros são, neste momento, uma variável de resultados. Enquanto o País tiver o governo como um megadevedor, a demanda por recursos no setor público será muito grande. O Banco Central (BC) tem que praticar a taxa que for necessária. E se houver migração de investimentos para o mercado

de risco, o BC deve mexer na taxa de juro ou entrar no mercado de risco vendendo. Quando houver maior credibilidade no governo e melhores condições, o ministro disse que o governo buscará o alongamento "voluntário do perfil da dívida pública mobiliária". Talvez possa emitir títulos com cláusula cambial e prazos maiores, quando a conjuntura estiver "mais estável".

No curtíssimo prazo e enquanto não houver o ajuste fiscal, a única margem possível do governo na área dos juros é repetir, se viável com outros bancos federais, a prática que o Banco do Brasil está operando, de captar recursos no mercado internacional (e já captou US\$ 400 milhões) para emprestar para capital de giro de pequenas e médias empresas, à taxa do Índice Geral de Preços (IGP) mais 12% ao ano.

• **Empresas estatais** — Desde que a reforma administrativa do governo Collor de Mello extinguiu a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) e não colocou nada no lugar, a política das estatais de reajuste de salários, aumento de custos e investimentos "vem correndo frouxa", como confirmou o ministro. "Há subsidiárias da Eletrobrás que pagam salários maiores que os de mercado, para seus funcionários, mas não pagam a Eletrobrás."

Agora, Haddad está montando uma nova SEST no Ministério do Planejamento, que vai definir a política salarial das empresas públicas, conforme a capacidade de cada setor; vai estar atenta aos índices de endividamento; buscará implementar os contratos de gestão; e alinhará os programas de investimento. "O presidente Itamar quer pôr a mão nisso", disse.

• **Tarifas públicas** — Será com base nessa política mais global da SEST que o governo traçará a política tarifária. "Não poderá ser como estava, uma mera indexação, nem como está. Temos que evitar que o presidente Itamar se envolva em cada caso e ter uma regra estável para as tarifas."

"Os questionamentos do presidente em exercício sobre esses temas que afetam a população, como as tarifas públicas e os preços dos remédios, são uma coisa boa. Não pode haver um presidente da República que viva no Olimpo", comentou Haddad.

SUPERMERCADOS

Receita caiu 4% em novembro

As vendas dos supermercados no Estado de São Paulo em novembro tiveram uma queda real de 4%, em comparação a outubro. A composição do mês — trinta dias, quatro finais de semana, finados e eleição — explicam parte desse resultado. Além disso, o pico de vendas registrado nos últimos três dias úteis de outubro (29, 30 e 31) prejudicou o resultado de novembro. Outubro, no entanto, fechou com crescimento de 7% real. A expectativa agora recai para o último mês do ano, quando o setor espera contabilizar ganhos acima do montante alcançado no Natal de 1991, segundo a Associação Paulista de Supermercados.

CESTA BÁSICA

A cesta básica do paulistano aumentou em média 1,13%, de quarta-feira para ontem, segundo pesquisa divulgada pelo Procon. Quarta-feira a cesta custava em média Cr\$ 887.314,97; ontem passou para Cr\$ 897.380,24.